
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA REFERENTES À 5ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2023

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

2.PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.9.189306/2020

ORIGEM: Salvador - 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 2º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoa Idosa > Direitos e Garantias Fundamentais

COMPROMISSÁRIO(S): Condomínio Shopping Itaipara

OBJETO: Observar integralmente a legislação atinente à adequação do Condomínio Shopping Itaipara às regras de acessibilidade, como NBR16537/2016, NBR 14718/2001, NBR 9050/2020, dentre outras.

7.INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.88796/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): Leobino Barreto Damascena

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental. Apresentar o documento de propriedade do imóvel e contratar técnico capacitado para elaborar o CEFIR da propriedade. Elaborar PRAD.

8.INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.15267/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João

ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Prefeitura Municipal de Mata de São João

OBJETO: Realizar atividade de perfuração de poços e captação de água nas localidades de Praia do Forte e Mata de São João, somente após obter as autorizações administrativas exigidas pela legislação vigente.

10.INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.172330/2013

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão / Autorização > Recolhimento e Tratamento de Lixo - Direito Ambiental > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Jiquiriçá

OBJETO: Licenciamento do aterro simplificado. Elaborar cadastro de todos os geradores sujeitos ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de implementação de logística reversa.

12.INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.238875/2017

ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

COMPROMISSÁRIO(S): Ministério Público do Estado da Bahia

OBJETO: Prover cargos de natureza permanente mediante concurso público de provas e títulos e contratar por prazo determinado, conforme preceito legal, pessoal para compor o quadro da Secretaria Municipal de Saúde.

14.INQUÉRITO CIVIL Nº 152.0.166108/2013

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Prefeitura Municipal de Lençóis

OBJETO: Adequar a gestão dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

44.INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.193196/2017

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): L.G. Locações de Máquinas Ltda – EPP; Suzano Papel e Celulose S/A

OBJETO: Regularizar a propriedade do imóvel com inscrição no CEFIR. Elaborar e implementar PRAD. Regularizar todas as atividades desenvolvidas na Fazenda Onga, requerendo licenças e autorizações exigidas por lei. Pagar, a título indenizatório, valor ao Programa Arboretum de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal, gerido pela Fundação Jose Silveira.

48.INQUÉRITO CIVIL Nº 146.0.164230/2015

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Laje

OBJETO: Encerrar lixão municipal. Apresentar soluções alternativas para o descarte de resíduos sólidos. Apresentar Plano Municipal de Saneamento Básico e PRAD.

54. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.163534/2018

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Ademir Jesus Santos

OBJETO: Não alienar a propriedade até o cumprimento do TAC. Contratar técnico capacitado para corrigir o CEFIR. Elaborar PRAD. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas ou frutíferas, a serem doadas para a Secretaria do Meio Ambiente de Jiquiriça/Ba.

55. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.13701/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): João Cordeiro Lima

OBJETO: Recompôr áreas ambientalmente protegidas. Regularizar todas as atividades desenvolvidas, requerendo licenças e autorizações exigidas por lei.

63. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.471488/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Egeu Comércio de Alimentos Ltda

OBJETO: Implementar boas práticas do serviço de alimentação, com adequação de estrutura e organização do serviço. Intensificar higienização de áreas de trabalho, melhorar a rotina de limpeza dos equipamentos e renovar periodicamente o Alvará de Saúde expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador.

85. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.471477/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Hotel Nacional Inn Salvador Ltda

OBJETO: Implementar boas práticas do serviço de alimentação, com adequação de estrutura e organização do serviço. Intensificar higienização de áreas de trabalho, melhorar a rotina de limpeza dos equipamentos e dispor e renovar periodicamente o Alvará de Saúde expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador.

95. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.471552/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Restaurante Maria Mata Mouro LTDA

OBJETO: Zelar pela continuidade das boas práticas do serviço de alimentação, adequação de estrutura e organização do serviço. Apresentar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

110. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.131750/2017

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê

ASSUNTO: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão/ Autorização > Água e/ou Esgoto

- Direito Ambiental > Saneamento

- Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Brotas de Macaúbas

OBJETO: Reconhecer a insuficiência na prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Brotas de Macaúbas. Formalizar a concessão, adequar as anotações de responsabilidade técnica, estabelecer e cumprir de metas para expansão gradual dos serviços de água e esgotamento sanitário.

116. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.282427/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Sisínio de Sousa Mota

OBJETO: Reconhecer a inexistência de autorização ambiental para corte seletivo de vegetação nativa. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas ou frutíferas, a serem doadas para a Secretaria do Meio Ambiente de Presidente Tancredo Neves/Ba. Distribuir panfletos educativos sobre o tema "meio ambiente".

120. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.254083/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras

ASSUNTO: Direito Ambiental > Agrotóxicos

- Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Gustavo Felipe de Sousa Rêgo; José Carlos de Sousa Rêgo; Município de Santa Rita de Cássia

OBJETO: Reconhecer a supressão de área de vegetação nativa sem a devida autorização ambiental. Corrigir o cadastro no CEFIR. Instituir área de servidão ambiental a título de reparação. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural.

122. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.471427/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Bargaço Restaurante Ltda

OBJETO: Implementar boas práticas do serviço de alimentação, com adequação de estrutura e organização do serviço. Intensificar higienização de áreas de trabalho, melhorar a rotina de limpeza dos equipamentos, dispor e renovar periodicamente o Alvará de Saúde expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador. Apresentar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

140.INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.287942/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Direito Coletivo > Interesses ou Direitos Coletivos em Sentido Estrito

COMPROMISSÁRIO(S): FCA - Produções Artísticas Ltda

OBJETO: Assegurar a realização de eventos privados com o cumprimento de requisitos garantidores da segurança individual, coletiva e patrimonial, em consonância ao Código de Defesa do Consumidor.

154.INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.77952/2014

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Agroparaná S/A Polo Passivo; Carlos Alberto de Oliveira

OBJETO: Reconhecer a supressão de área de vegetação nativa sem a devida autorização ambiental. Corrigir o cadastro no CE-FIR. Instituir área de reserva particular do patrimônio natural a título de reparação. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural. Pagar valor, a título de compensação econômica, à ONG Parque Vida Cerrado.

158.INQUÉRITO CIVIL Nº 152.9.4210/2017

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Fauna

- Direito Ambiental > Reserva legal

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente

COMPROMISSÁRIO(S): Santos e Ribeiro Hotéis e Turismo Ltda.

OBJETO: Reconhecer o descarte de resíduos sólidos em local inadequado. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Promover campanhas educativas com a temática de conservação ambiental pelo prazo de 4 (quatro) anos. Doar mudas de espécies endêmicas do Cerrado ao Parque Nacional da Chapada Diamantina. Doar valor, a título indenizatório, para o Fundo Municipal do Meio Ambiente de Mucugê/Ba.

159.INQUÉRITO CIVIL Nº 590.0.60248/2009

ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Candeias

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

OBJETO: Reconhecer vazamento de óleo e poluição do Riacho Seco. Doar valor, a título de compensação ambiental, ao Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA.

170.INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.142530/2021

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Saúde - 2º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito da Saúde > Pública > Vigilância Sanitária e Epidemiológica

- Questões de Alta Complexidade

- Grande Impacto e Repercussão > COVID-19

COMPROMISSÁRIO(S): A Sociedade

OBJETO: Adotar todas as regras sanitárias editadas pelos Poderes Públicos destinadas a controle e mitigação dos efeitos causados pela Pandemia da Covid-19. Doação de valor, a título de reparação, ao Fundo Nacional dos Direitos Difusos.

172.INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.501200/2022

ORIGEM: 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro

ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Bar Sabor de Casa – Juazeiro; Pessoa Física - Desconhecido(a)

OBJETO: Disciplinar emissão de ruídos sonoros e ocupação de logradouro público.

181.INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.45062/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gedalías Rodrigues Garcia

OBJETO: Recompôr área de preservação permanente. Solicitar ao INEMA emissão de opinativo técnico e adequar cadastro e documentos do imóvel rural.

185.INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.357881/2021

ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

COMPROMISSÁRIO(S): Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas

OBJETO: Prover cargos de natureza permanente mediante concurso público de provas e títulos e contratar por prazo determinado, conforme preceito legal, pessoal para compor o quadro do Grupo de Salvamento Aquático da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

194.INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.155465/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João

ASSUNTO: Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente

COMPROMISSÁRIO(S): Alex Carlos da Silva; Gilvandro Silva de Cerqueira

OBJETO: Regularizar lotes. Requerer licença ambiental aos órgãos público competentes. Respeitar integralmente área de preservação permanente.

195.INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.15885/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Benedito Cordeiro Lima

OBJETO: Recompôr área ambientalmente protegida. Adequar o CEFIR. Regularizar as atividades desenvolvidas, requerendo licenças e autorizações exigidas por lei.

196.PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 644.9.98147/2023

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista

ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Boa Nova

OBJETO: Alterar prazo para cumprimento de cláusulas assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil nº 644.0.86842/2014, por meio de Termo Aditivo.

215.PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 707.9.83681/2023

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Cadastro Reserva

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Caetanos

OBJETO: Alterar prazo para cumprimento de cláusulas assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil nº 707.9.17679/2021, por meio de Termo Aditivo.

230.PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 698.9.482288/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão / Autorização > Recolhimento e Tratamento de Lixo

COMPROMISSÁRIO(S): Município de América Dourada; Prefeitura Municipal de América Dourada

OBJETO: Alterar prazo para cumprimento de cláusula assumida no Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Procedimento Administrativo nº 698.0.180384/2019, por meio de Termo Aditivo.

235.INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.109758/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Jaime Cerqueira Santos

OBJETO: Recompôr área de preservação permanente. Solicitar ao INEMA emissão de opinativo técnico e adequar cadastro e documentos do imóvel rural. Regularizar as atividades desenvolvidas, requerendo licenças e autorizações exigidas por lei.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 4 de abril de 2023

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício

DISTRIBUIÇÃO

Em 13 de abril de 2023, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos:

INQUÉRITO CIVIL Nº 222.0.127296/2009

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Iaçú

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário

- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações

INTERESSADO(A)(S): Hudson Duarte Moreira; Jânio Santos Novaes

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

MINISTÉRIO PÚBLICO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES

3ª SESSÃO ORDINÁRIA

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e 12, I, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, instituído pela Resolução nº 2, de 5 de março de 2018, do mesmo colegiado, CONVOCA sessão ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser realizada no dia 8 de maio de 2023, segunda-feira, às 14:00 horas, na Sala de Sessões - Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada na 5ª Avenida, nº 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, e, simultaneamente, em ambiente virtual da plataforma Microsoft Teams, facultada a participação de membros do Colegiado, bem como das partes, interessados e seus advogados, por meio de videoconferência, em conformidade com a Resolução n. 17, de 9 de maio de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, para apreciação dos seguintes itens de pauta:

1) PROCEDIMENTO SIGA nº 35327/2022

ORIGEM: Procuradoria-Geral de Justiça

ASSUNTO: ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) > Gestão Política e Administrativa > Organização e Planejamento Institucional > Organização e Padronização Administrativa > Modificação de Atribuições de Órgãos de Execução/Ofício (Modificação das Atribuições da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça de Irará)

RELATORA: Procuradora de Justiça Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

2) PROCEDIMENTO SIGA nº 43042/2023

ASSUNTO: ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) > Gestão Política e Administrativa > Organização e Planejamento Institucional > Organização e Padronização Administrativa > Modificação de Atribuições de Órgãos de Execução/Ofício (Modificação das Atribuições da 2ª e da 4ª Promotorias de Justiça de Lauro de Freitas)

RELATORA: Procuradora de Justiça Rita Maria Silva Rodrigues

3) O QUE OCORRER

Os autos encontram-se à disposição para exame no sistema SIGA.

Em conformidade com o §5º do art. 42 do Regimento Interno, as inscrições para sustentação oral serão realizadas junto à Secretaria dos Órgãos Colegiados, até 30 (trinta) minutos antes do horário de realização da sessão, ficando condicionado o deferimento da preferência à presença do solicitante no ambiente físico ou virtual da sessão, quando realizado o pregão, e poderão ser feitas através do site: <https://www.mpba.mp.br/formulario/57663>.

O acesso ao ambiente virtual da sessão se dará por meio de link, a ser enviado, até 15 (quinze) minutos antes da sessão, à caixa de e-mail institucional de todos os membros do colegiado e dos que estejam inscritos para sustentação oral.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 27 de abril de 2023.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA REFERENTES À 4ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2023

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

68. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.75084/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Fauna

- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Ministério Público do Estado da Bahia; Vladimir Bastos dos Santos

OBJETO: Adotar medidas necessárias para preservação de áreas de reserva legal. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo licenças e autorizações exigidas por lei.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 21 de março de 2023

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA REFERENTES À 5ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2023

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

179. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.23771/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Edenildo Guilherme dos Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Apresentar documento de propriedade do imóvel e contratar técnico capacitado para corrigir o CEFIR. Elaborar e executar PRADA. Doar valor, a título compensatório, ao GANA – Grupo Ambientalista Nascentes. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas e frutíferas a serem doadas para a Secretaria de Meio Ambiente de Wenceslau Guimarães/BA. Distribuir panfletos educativos acerca do tema “meio ambiente”.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 4 de abril de 2023

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício

DISTRIBUIÇÃO

Em 27 de abril de 2023, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos:

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.168499/2018

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Saúde - 7º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Hospitais e Outras Unidades de Saúde

INTERESSADO(A)(S): GAPA - Grupo de Apoio a Prevenção à Aids da Bahia

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

NOTÍCIA DE FATO Nº 008.9.158520/2023

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Amélia Rodrigues

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Dispensa

INTERESSADO(A)(S): Construsete Construtora Ltda – EPP; Município de Amélia Rodrigues

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 597.0.90115/2010

ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Valença

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Irregularidade no atendimento

INTERESSADO(A)(S): Banco Bradesco S/A; Banco do Brasil S/A; Banco do Nordeste do Brasil S/A; Banco Itaú S/A; CEF - Caixa Econômica Federal; Ministério Público do Estado da Bahia

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 591.9.132156/2021

ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas

ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Ato Infracional > Previstos na Legislação Extravagante > Contra o Meio Ambiente > Contra a Fauna

INTERESSADO(A)(S): Crias e Manias

RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

INQUÉRITO CIVIL Nº 596.0.150927/2014

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana

ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento

INTERESSADO(A)(S): Município de Governador Mangabeira

RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

INQUÉRITO CIVIL Nº 596.9.25966/2020

ORIGEM: 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico-Hospitalar > Atendimento/Tratamento ambulatorial

INTERESSADO(A)(S): Felipe Oliveira de Lima; Hospital Casa de Saúde Santana

RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.55277/2019